



Há cinema à solta pelo país? Há pois mas não é bem a rede que se pensava

Cinema
Jorge Mourinha

Um estudo sobre a exibição não comercial de cinema confirma que ela existe à custa de muito voluntarismo

Se olharmos para qualquer cartaz de cinema, parece que há sempre qualquer coisa a mexer fora das salas de estreia. Programações regulares fora do circuito comercial (como as actividades de cineclubes por todo o país), extensões de festivais que assim se prolongam no tempo (como o Porto/Post/Doc com Há Filmes na Baixa! no Passos Manuel ou o Doclisboa com o 6.doc no Ideal)... A oferta existe, mesmo que nem sempre esteja muito visível.

Mas a verdade é que não existiam dados estatísticos sobre este tipo de exibição não tradicional, definida como “não comercial” – ou seja, todo o tipo de sessões regulares organizadas fora do circuito tradicional de distribuição. Foi para obviar a isso que a socióloga e colaboradora do Pordata Luísa Barbosa, no âmbito da sua tese de mestrado na Faculdade de Economia do Porto, decidiu lançar luz sobre este circuito paralelo. “A ideia era que a própria tese apresentasse os resultados desse estudo,” diz ao PÚBLICO, ao telefone. “O processo revelou-se mais complexo!”

De tal modo que o “trabalho de campo” iniciado em 2013 só agora, em 2018, começa a ser tornado público. O centro nevrálgico do estudo *A Exibição não Comercial de Cinema em Portugal*, coordenado por Luísa e por Helena Santos, da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas de Lisboa, encontra-se num site lançado em Junho. No endereço <http://exibicao-nao-comercial-de-cinema.weebly.com> estão para já visíveis os primeiros resultados – preliminares e mais generalizados – do inquérito feito a meio milhar de entidades nacionais, repartidos entre aqueles que promovem a “exibição contínua de cinema” e “a exibição mais pontual de festivais competitivos e mostras”. Os dados, recolhidos entre Dezembro de 2015 e Maio de 2016, reportam-se aos três anos entre 2012 e 2014, mas esse desfasamento – inevitável devido à morosidade inerente a qual-

quer tratamento estatístico – não é um problema para Luísa Barbosa. “Creio que a situação não mudou muito, está mais ou menos estável. O número exacto de entidades é que pode variar.” O estudo foi realizado com a ajuda do ICA, que apoia algumas destas entidades ao abrigo de uma definição de “rede alternativa de cinema”. Mas os resultados revelam que, na verdade, não existe uma “rede” organizada e articulada; antes uma série de entidades individuais dispersas, muito concentradas nas regiões de Lisboa e Porto. O que torna a surpresa maior é que a rede de cineteatros existente seria a infraestrutura ideal para programações deste género, mas está subutilizada. “O país está relativamente bem equipado,” anui Luísa, “mas em muitos destes cineteatros não há uma preocupação com a programação de cinema. Era importante que se começasse a desenvolver um circuito que funcionasse nestes equipamentos,



O cinema Ideal onde se realiza a extensão do Doc Lisboa, o 6.doc, com sessões e conversas com convidados

e que [ao mesmo tempo] o Estado olhasse para a questão geográfica.” Os resultados do estudo confirmam, na verdade, o esvaziamento das regiões do interior e a concentração deste tipo de sessões em Lisboa e no Porto. “Não esperávamos que houvesse tanta concentração, e nesse aspecto foi uma desilusão,” confessa a investigadora.

Outra surpresa é o facto de muitas das entidades sondadas pelo estudo não se dedicarem exclusivamente à exibição de cinema. “Em alguns casos nem sequer é a actividade principal”, diz Luísa. E para um circuito que supostamente pretende divulgar cinema clássico e alternativo, a exibição não comercial está completamente dependente da oferta das distribuidoras. “Essa foi uma das maiores surpresas,” explica a socióloga. “Numa primeira análise, grande parte do cinema exibido é recente e contemporâneo, [o que] está ligado às dificuldades de acesso à distribuição alternativa. E como estas entidades não funcionam em rede, não existe poder negocial com o mercado.”